

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-Saúde

Nos dias sete e oito de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas, iniciou-se a 29ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde), com apresentação do novo coordenador, Sr. Gian Guglielmelli, leitura da minuta de ata da 28ª Reunião Ordinária da CT Saúde e considerações, breve apresentação dos presentes e, em seguida, prosseguimento com a pauta, conforme relatos a seguir. A reunião ocorreu em Mariana/MG. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação Nº 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Seminário realizado em Mariana/MG em 06/11/2019: Foi exposto que, em seminário realizado na data de 06/11/2019 em Mariana/MG, para debate e orientação da elaboração dos planos de ação municipal, houve a presença de 18 municípios, caracterizando apenas a metade dos municípios atingidos. Do total de 36 municípios atingidos, 6 municípios já haviam concluído ou estavam em vias de conclusão dos planos, e mais 7 municípios haviam assinado na data do seminário um termo de compromisso para elaboração dos planos de ação e encaminhamento destes à CT Saúde em prazo de 80 dias, sendo estes: Governador Valadares, Bom Jesus do Galho, Ponte Nova, Tumiritinga, Resplendor, Galiléia e Aimorés. Foi acordado com os demais municípios participantes a importância do compromisso na elaboração dos planos com envolvimento da população, inclusive no que tange à apresentação de demandas de custeio. Ainda, foi exposto que houve apresentação aos municípios de eixos que poderiam orientar e balizar a elaboração dos planos.

Informes sobre reunião com o Ministério Público realizada em 29/10/2019: Dr. Edmundo Neto, representante do MPF, fez relato dos pontos tratados referente reunião. Primeiramente, versou sobre a importância da conclusão das próximas fases do estudo realizado pela Ambios e que este, assim como o da TecnoHydro, requisitado pela CT-GRSA, já apontavam para a existência de risco à saúde humana. O maior desafio, segundo exposto, seria a devolutiva destes estudos aos municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG, que caracterizava direito da população ao acesso à informação e que, ainda, era necessário dar respostas para além dos resultados dos estudos, mas também sobre ações do sistema de saúde. Além disso, foram divididos na reunião Grupos de Trabalho para tratar de saúde mental, atenção primária, relacionamento entre entes federativos para potencializar ações da saúde pública e as ações da Fundação Renova. O representante também pontuou a necessidade da reparação feita pelas empresas responsáveis pelo desastre, uma vez que seria injusto o aumento de demandas no Sistema Único de Saúde advindo de acidente de gestão privada, reforçou a importância da garantia dos direitos da população atingida e finalizou reforçando disponibilidade do Ministério Público Federal para frequente interlocução sobre medidas de proteção e tratamento de adoecimentos decorrentes do desastre.

Grupos de Trabalhos Regionais: Coronel Fabriciano: Foi informado que a última reunião havia ocorrido na data de 22/10/2019, com adesão de poucos municípios, porém, foi produtiva. Foram debatidos os principais avanços e dificuldades na elaboração dos planos municipais, além da dificuldade de se discutir os resultados do monitoramento da água com os moradores e ficou acordada a apresentação dos planos de três municípios na próxima reunião, na data de 26/11/2019.

Ponte Nova: Foi informado que a última reunião havia ocorrido na data de 24/10/2019 e apenas o município de Rio Casca não estava presente. Foi recebida solicitação da prefeitura à Fundação Renova a respeito de construção de poço artesiano para a comunidade de Biboca, que inicialmente não havia sido abarcada pelo TTAC para ação reparatória, porém encontravam-se em caráter de urgência no tema de segurança de consumo da água. Diante disso, o prefeito de Ponte Nova diz que já foram iniciadas ações para construção do poço artesiano e pede urgência nas ações. Ainda, foram discutidos na reunião os pontos da 41ª RO do CIF e da 28ª RO da CT Saúde, apresentação do plano de ação municipal de Mariana/MG, contratação das assessorias técnicas e os dados de monitoramento da água com encaminhamento de devolutiva desses à população.

Governador Valadares: Foi informado que a última reunião se deu na data de 19/09/2019 e que tem periodicidade bimestral, na qual foi cobrada a elaboração dos planos de ação municipal e foi frisada a importância da devolutiva dos dados referentes ao monitoramento da água. Ainda, havia data para apresentação de Alice, do GT-Água, sobre novos planos no assunto para o dia 09/12/2019

Colatina: Foi informado que houve boa adesão dos municípios e que os municípios capixabas pediram dilação de 30 a 60 dias no prazo para apresentação dos planos. Foi tratado sobre o boletim de água que será disponibilizado no site do CIF e havia reunião marcada para 28/11/2019 para tratar sobre o tema com os municípios. Por fim, foi informado que os municípios de Aracruz/ES e Marilândia/ES apresentavam baixa adesão e receio em construir plano de ação municipal por receio de prejudicar a atividade turística, portanto, havia esforço para tratativas com os municípios para reforçar a importância da construção dos planos.

GT-Água: Boletim Trimestral: Foi transmitida a fala de Alice, que não pode estar presente, sobre o terceiro boletim trimestral que seria apresentado pela mesma na próxima reunião do Comitê Interfederativo, na data de 18/11/2019 e que, posteriormente, seria encaminhado à CT Saúde para disponibilização aos municípios. Foi sugerida a divulgação do boletim em sites pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, simultaneamente.

GT-Planejamento: Revisão do escopo de Programa (PG14): Cristiany Pietro afirmou que, no dia 06/09/2019, haviam recebido da Fundação Renova escopo do programa de saúde revisado a partir das considerações da CT Saúde feitas em julho e em agosto. Afirmou que, na data do recebimento, faltavam apenas 4 dias para a reunião do GT, o que impossibilitou apreciação adequada do documento. Diante disso, o documento foi encaminhado aos membros e os itens foram divididos para análise, e foi observado que a Fundação Renova não acatou grande parte das sugestões feitas pela CT e que insistiam na utilização de termos jurídicos inadequados. Diante do exposto, o coordenador Gian Guglielmelli afirmou que a AGU poderia prestar o apoio jurídico necessário aos membros via IAJ, que solicitou que o GT formalizasse suas demandas para que fossem encaminhadas.

Devolutiva de estudos – USP: Foi informado por Roberto Laperriere que não obtiveram resposta da Universidade de São Paulo sobre devolutiva de estudo realizado, e que apenas foram enviados alguns laudos, porém sem explicação da metodologia e de maiores informações da pesquisa. O município de Linhares/ES, a Câmara Técnica de Saúde e o estado do Espírito Santo solicitaram informações diretamente aos pesquisadores e, posteriormente, enviaram ofício ao Comitê de Ética da USP, o qual respondeu à solicitação afirmando que, devido às partes não serem instituições coparticipantes na pesquisa, não havia documento que protocolasse a solicitação. O Comitê afirmou ainda que o compromisso ético entre pesquisadores e participantes foi dado mediante apresentação e assinatura de termo de consentimento e que foi acordada realização das devolutivas diretamente com os participantes. Foi exposto por membros da CT que tal situação criava empecilhos para assistência aos participantes, que recebiam seus laudos, mas nem sempre buscavam o serviço de saúde e, dessa maneira, a secretaria de saúde não teria informações suficientes para elaboração de ações em torno dos problemas identificados. Luciana chamou a atenção para o perigo da prática de execução de pesquisas em territórios sem o devido alinhamento com as secretarias de saúde. Ainda, foi citada a realização de diversos estudos acadêmicos por diversas instituições – UFOP, USP, FGV, FAPES/FAPEMIG – e que se deveria dar atenção ao fato de evitar sobreposições de estudos que fadigassem a população. Foi frisada a importância do alinhamento dos estudos em questão metodológica e que sejam de conhecimento da CT Saúde, pois é indispensável a coordenação destes. O coordenador Gian Guglielmelli lembrou que a responsabilidade da academia para com a sociedade e o bem público passa por fazer devolutivas adequadas, e coloca que apenas a devolução dos laudos para os participantes sem o devido alinhamento com os gestores de saúde é inadequada, pois não se pode permitir que os atingidos sirvam como cobaias acadêmicas sem a devida ação pública em torno dos resultados. Por fim, foi pautado que a Fundação Renova havia apresentado em reunião anterior o estudo GAISMA e a CT Saúde solicitou maior detalhamento da metodologia para avaliação.

Encaminhamento: Solicitação formal de reunião com os pesquisadores da USP e formalização do GT-Estudos dentro da Câmara Técnica com participação dos representantes do Ministério da Saúde, estados de Minas Gerais e Espírito Santo, assessorias técnicas, experts do Ministério Público via RAMBOLL, FGV, UFOP, FAPES, FAPEMIG e dos municípios de Linhares/ES, Barra Longa/MG, Rio Doce/MG, Governador Valadares/MG, Mariana/MG, Naque/MG, Belo Oriente/MG, Periquito/MG, São Mateus/ES e Aracruz/ES.

Calendário de Reuniões CT Saúde 2020: Foi apresentada a proposta de calendário de reuniões para a CT-Saúde com datas baseadas no calendário de reuniões do CIF. Foi sugerida por Vanessa a realização de mais reuniões

em Brasília/DF por conta da facilitação da presença de representantes de órgãos sediados em Brasília. Foi levantado por alguns membros a elevação dos custos das reuniões realizadas em Brasília/DF e da dificuldade de participação dos atingidos neste local. Foi ainda sugerida a realização de mais reuniões em territórios, em Alto, Médio e Baixo Rio Doce. Pontuam também o cuidado para realização de reuniões em territórios em meses eleitorais, pois as cidades costumam ficar mais movimentadas e há dificuldade de locação de estrutura. Foi debatido sobre realização de mais uma Reunião Ordinária em fevereiro, porém optou-se pela manutenção do calendário e, caso mostre-se necessário, será convocada Reunião Extraordinária.

prazos. Diante da proposta de realização em Coronel Fabriciano, em Ponte Nova, em Governador Valadares, na Região Central de Vitória e em Mariana, os membros fizeram sugestões de datas para melhor adequação aos calendários da CT e dos Grupos Técnicos.

Encaminhamento: A reunião do mês de novembro se mantém em Mariana/MG. Aprovada a realização de pelo menos uma reunião em Brasília/DF e a realização de reuniões em pelo menos um município do Alto, Médio e Baixo Rio Doce.

Apresentação do Plano de Ação Municipal de Bugre/MG: Diante do curto tempo, foi feita a apresentação apenas dos principais pontos e das reivindicações do Plano de Ação Municipal de Bugre/MG e frisou que este foi construído em ampla parceria com as comunidades, sempre mantendo a atenção às demandas dos atingidos e que considerou as patologias de maior incidência no povoado com base do monitoramento das equipes de saúde. Foi apontado o aumento no consumo de álcool e outras drogas, além da distância de 23km entre São Lourenço e a sede do município, o que dificulta o atendimento da população. O plano prevê necessidade de automóvel adequado para transporte de colaboradores ao local, a complementação da equipe de saúde para atendimento no local, uma vez que a demanda não estava sendo cumprida, necessidade de especialistas das áreas de saúde mental, dermatologia e nutrição, complementação dos equipamentos para atendimento das demandas, informatização do ambiente de trabalho, aumento da oferta de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e de serviços laboratoriais, aumento do atendimento psicológico e nova perfuração de poço artesiano. Por fim, a apresentação é concluída afirmando a necessidade de fortalecimento da atenção básica no próprio local, que se encontra subtendido. Foi pontuado que o plano estava bem estruturado, porém deveria adequar-se às bases mínimas já acordadas anteriormente pela Câmara Técnica. Ainda, deu-se discussão sobre a perfuração do poço artesiano, pois alguns membros entendiam como tema pertencente ao âmbito da infraestrutura. Contudo, membros pontuaram que a questão de água e saneamento é imprescindível para a discussão de saúde pública. Por fim, Cristiany colocou que o plano apresentava boa estrutura e era necessária a construção jurídica, com atas de reuniões nas quais o plano tenha sido aprovado.

Encaminhamento: O coordenador Gian Guglielmelli solicitou ao representante que fossem feitas as alterações pontuais no plano para adequação às bases mínimas e que posteriormente fosse encaminhado à CT para nova apreciação e possível aprovação.

Capacitação técnica para coleta de água: Foi colocado que surgiram demandas a partir de diálogo com engenheiros químicos do sistema de abastecimento do município de Linhares/ES e sobre a dificuldade de comunicação dos relatórios de monitoramento da água com a população, portanto, foi solicitado à CT a elaboração de estratégias com o GT-Água para a capacitação de técnicos municipais com financiamento da Fundação Renova para acompanhamento das coletas de água realizadas pelos laboratórios contratados. Além disso, foi reforçada a importância da padronização da disponibilização e tratamento dos dados, uma vez que mais de um laboratório realizava coleta de amostras no território, e a divergência de modelos de tratamento de dados causava dúvidas e empecilhos. Foi sugerido a retomada de iniciativa que já havia sido proposta na CT de utilização do espaço não apenas para informes, debates e decisões, mas também para formação básica acerca de temas de relevância e de interesse coletivo, o que poderia aprimorar a qualidade das decisões da CT Saúde e auxiliar o entendimento dos atingidos sobre os temas tratados.

Encaminhamento: Encaminhar pauta ao GT-Água para elaboração de parecer ou de Nota Técnica com padronização dos dados de coleta e monitoramento de água e procurar possibilidades de capacitações.

Comunicação de risco: Foi dado informe da necessidade de andamento da questão das estratégias de comunicação de risco. O município de Barra Longa/MG estava em tratativa sobre o assunto com o Prof. Frederico

Perez, e foi colocada a urgência da questão, uma vez que diversos estudos estavam em vias de finalização e a devolutiva deveria ser feita com celeridade e responsabilidade. Foi sugerida a colocação do tema nos debates do GT-Estudos para alinhamento de bases mínimas para comunicação de risco de maneira responsável.

Encaminhamento: Solicitar avaliação do GT-Estudos de possibilidades para comunicação de risco.

GT-Estudos: Foi acordado entre os membros a necessidade de formalização e fortalecimento do referente Grupo de Trabalho dentro da Câmara Técnica para apreciação dos estudos e provável apreciação dos planos de ação municipal. O coordenador, Gian Guglielmelli, sugere que seria de melhor aproveitamento a definição dos nomes para composição do GT após confirmação dos nomes de composição da Câmara Técnica em 2020.

Encaminhamento: Solicitar à secretaria executiva o envio de e-mail aos municípios para indicação de membros da Câmara Técnica para 2020; a partir da composição da Câmara Técnica, será realizada divisão dos membros para composição dos Grupos de Trabalho.

Status do Termo de Cooperação da FAPES/FAPEMIG: Foi feita breve apresentação do status jurídico do termo, que aguardava considerações da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. Em seguida, foi exposto que a Fundação Getúlio Vargas, assessoria técnica contratada pelo Ministério Público Federal, estava realizando estudo toxicológico e epidemiológico e, diante disso, havia receio na sobreposição de estudos por meio da realização do edital da FAPES/FAPEMIG, e foi sugerido que se solicitasse explicação mais aprofundada da metodologia utilizada pela FGV para dar prosseguimento às linhas definidas no termo de cooperação. Deu-se debate em torno da questão, no qual alguns membros apontaram que a necessidade dos estudos FAPES/FAPEMIG surgiu da insuficiência de alguns estudos para responder às questões da saúde da população afetada. Foi sugerido pelo coordenador a elaboração de edital com as linhas de pesquisa que não apresentam sobreposição e posterior análise das possíveis intersecções antes de dar andamento ao edital. Foi enfatizado que o estudo foi recomendado pela CT, que tem autonomia da Fundação Renova, portanto o estudo deve ocorrer independente da aprovação da Fundação Renova, ficando restrita à esta parte apenas o custeio.

Encaminhamento: Levar a questão ao GT-estudos, quando este for instituído, para maior robustez na decisão da Câmara Técnica e considerar a divisão do edital em duas chamadas para evitar sobreposição das linhas de pesquisa.

Devolutiva da CT sobre escopo do PG-014: Foi pontuado que não seria possível devolutiva na presente reunião uma vez que não houve tempo hábil para análise do escopo do programa enviado pela Fundação Renova. Cristiany informou que a CT aguarda finalização do estudo da Ambios para definição de indicadores e que, de antemão, percebeu a desconsideração de várias prerrogativas colocadas pela CT por parte da Fundação Renova. Após discussão sobre o andamento do documento devido ao aguardo de resultados de estudos, foi pontuado por Rodrigo que as bases mínimas a serem seguidas pelo escopo do programa já haviam sido definidas em Nota Técnica, portanto dever-se-ia utilizar o referido documento como referência para elaboração e aprovação do plano o mais breve possível, diante da urgência destes para o bem-estar da população atingida.

Encaminhamento: Criação de grupo de discussão conjunto entre Fundação Renova e GT-Planejamento para esclarecimento de dúvidas relativas ao PG-014.

EARSH – Devolutiva para Mariana/MG e Barra Longa/MG: Foi exposto pelo Dr. Edmundo Neto que, em audiência judicial, foram fixados 10 eixos temáticos nos quais não há explícita a questão dos estudos da Ambios e da Tecnohidro. Viviane, representante da Fundação Renova, colocou que o objetivo das ações divididas em eixos é a discussão e consenso das maiores quantidades de temas possíveis para serem levados à próxima audiência, em dezembro. O Dr. Edmundo lembrou então que a agenda jurídica não é impeditiva para que o tema seja tratado no âmbito da CT, uma vez que esta tem sua autonomia reconhecida pelos documentos constitutivos, e ressalta que a Fundação Renova não se deve valer de mecanismos alheios ao sistema CIF para desprestigiar as decisões da CT, que são espaço de participação legítima dos atingidos. Ressaltou que o estudo da Ambios precisa de todo apoio e reconhecimento da Fundação Renova enquanto parte da agenda de reparação, inclusive frisou custeio das demais fases e, ainda, colocou que é direito da população acesso à informação, logo, a devolutiva não é uma simples entrega de resultados, mas também de respostas do sistema público de saúde aos problemas apresentados. Foi questionada a disparidade de

valores entre os estudos: Ambios com orçamento de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e Tecnohidro com orçamento de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), assim como seu objetivo, uma vez que o estudo da Ambios se tratava de demanda da CT Saúde e o estudo da Tecnohidro, demanda da CT GRSA.

Deu-se acalorado debate em torno da urgência das devolutivas, com falas como as de Danilo e de Vanessa, que apontaram ausência dos estados no espaço da Câmara Técnica e a realização de eventos entre Fundação Renova e estados fora do espaço da CT, que estava destinado a tal propósito com a participação dos atingidos. Foi solicitado o registro de pedido de dilação do prazo para devolutiva pelo estado de MG, que causava atraso nas ações. A Fundação Renova colocou que concorda com a celeridade da devolutiva, porém que estavam sendo estudadas maneiras responsáveis de fazer essa comunicação. Atingida pontuou em seguida que, enquanto a Fundação delegava tempo ao estudo das possibilidades, a população em território passava por sofrimento diário, e que a divulgação de resultados na mídia anteriores à devolutiva gera aumento da angústia da população. Falas de vários membros reiteraram a importância e a urgência das devolutivas enquanto direito da população ao acesso à informação, pois o atraso nas respostas causava sofrimento coletivo às populações.

Simone, atingida e militante, fez relato sobre o sofrimento da população em território, com a constante angústia sobre contaminação, adoecimento, falta de respostas e temor pelas famílias. Ainda, frisou que a exposição na mídia dos resultados causa maior pânico e agrava a angústia vivida pelos atingidos que, diante de constantes pedidos de dilação de prazo, se sentem desassistidos. Finalizou sua fala colocando que, mesmo diante de tentativas por parte da Fundação Renova para que abandonasse a postura militante, seguiria representando a luta dos atingidos frente à burocracia. Em seguida, diversas falas reforçaram a urgência nas devolutivas e assistência aos municípios a respeito de informação. A Fundação Renova foi questionada sobre contrato com a Ambios, que respondeu pela manutenção do contrato e definição das próximas fases do estudo. Durante a finalização das discussões, Dr. Edmundo Neto fez contato com representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde de Mariana e Barra Longa e definiram data para devolutiva aos municípios ainda no mês de novembro.

Encaminhamento: Devolutiva do estudo de avaliação de risco à saúde humana a ser realizado em 15/11/2019, na cidade de Mariana/MG, e em 16/11/2019, na cidade de Barra Longa/MG; estarão presentes: Ambios, Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde dos estados e Câmara Técnica de Saúde.

Plano de Ação de Belo Oriente/MG: Foi brevemente apresentado o Plano de Ação de Belo Oriente/MG, construído com ampla participação dos atingidos, no qual pleiteavam o fortalecimento do Sistema Único de Saúde no distrito atingido, a construção de unidade de atendimento à saúde mental e alocação de equipe para atendimento, o atendimento das especialidades de dermatologia e gastroenterologia, de acordo com as queixas levantadas pelos atingidos, a melhoria do laboratório de vigilância epidemiológica, diante do aumento da demanda, e a disponibilização de veículo para o distrito. Ainda, foi pontuado que o plano foi construído sem auxílio da assessoria técnica, e reforçou-se a necessidade da contratação dela.

Encaminhamento: Resposta por parte da Fundação Renova em relação ao plano apresentado em até 7 dias e, no caso de aprovação por parte da Câmara Técnica após considerações da Fundação Renova, encaminhamento ao CIF.

Apoio para otimização da gestão da informação em saúde dos municípios atingidos: Cristiany fez apresentação de documento recebido da Fundação Renova em 27/09, que versava sobre apoio para utilização da gestão da informação, e solicitou maior esclarecimento sobre o documento para a Fundação Renova. A Fundação respondeu que se tratava de iniciativa própria para melhor gestão da informação em saúde, uma vez que era tema recorrente na CT. Os membros concordaram com o teor da iniciativa, mas apontaram que faltavam ainda alguns alinhamentos, e que a proposta não poderia ser dissociada das demandas apresentadas pelos atingidos. A Fundação Renova esclareceu que a capacitação se daria via contratação de profissionais e que gostaria do apoio do Ministério da Saúde para indicação destes profissionais.

Encaminhamento: Solicitar aos municípios o levantamento das maiores demandas em torno da capacitação sobre informação em saúde, encaminhamento ao GT-Planejamento até a data de 18/11 para alinhamento entre GT-Planejamento e Fundação Renova a respeito da proposta.

Seminário de Plano de Ação no ES: Foram dados informes sobre a realização de seminário na data de 06/11 para elaboração dos planos de ação municipal nos municípios mineiros e realização de seminário na data de 03/11

nos municípios capixabas. Foi questionada a possibilidade de contratação de empresa para estruturação do seminário, a qual foi respondida sobre avaliação com a governança da Fundação Renova, uma vez que seria necessário custeio da CT para este fim.

Relatório Semestral do PMQQACH: Foi apresentado relatório semestral elaborado pela TECMA – Tecnologia em Meio Ambiente que abarcava o período entre setembro de 2018 e março de 2019, dividido em quase 400 pontos de monitoramento da água em diversos municípios. O relatório foi elaborado com base em definições da própria Câmara Técnica, e apresentava os parâmetros analisados, a frequência da amostragem, metodologia empregada, limites de detecção e quantificação dos métodos aplicados, interpretação dos dados e a conclusão associando os resultados a riscos à saúde humana para todos os parâmetros que excederam a legislação sobre o tema. Segundo o relatório apresentado, dos 383 pontos de coleta, 45 possuíam tratamento da água. Diversos índices detectados nas coletas estavam em desconformidade com os estabelecidos em legislação, caracterizando risco à saúde humana.

O secretário de Belo Oriente/MG pontuou a possibilidade de filtragem da água para eliminação dos metais, e evitar criação de pânico entre a população. Ao versarem sobre água mineral, houve discordâncias entre os presentes, e alguns membros pontuaram que o armazenamento da água mineral, por não ser clorada, poderia causar alguma contaminação se feito de maneira inadequada. Membros frisaram a urgência do tema para a saúde da população e recomendaram decisões mais efetivas por parte da CT diante de recorrentes queixas da população. Ainda, reforçaram a importância de atentar-se para os pontos de coletas, pois influenciavam no resultado dos estudos e orientaram a Fundação Renova a aguardar a aprovação do relatório e as considerações do GT-Água antes da confecção do próximo.

Orçamento 2019: Foi informado aos presentes que foram apresentados estudos sobre os quais a CT não tinha solicitação ou conhecimento e é lembrado que a finalidade da CT é consulta técnica ao CIF, portanto, tudo o que for executado com relação à saúde deve ser informado à Câmara Técnica de Saúde. Sobre estudo de avaliação de risco à saúde humana realizado pela Tecnohidro, foi lembrado que ele não partiu de solicitação da CT Saúde, e sim da CT GRSA, portanto, deveria ser custeado pelo orçamento da CT demandante. Em relação aos serviços de consultorias internacionais, foi colocado que tal despesa foi alocada no orçamento da CT Saúde e que esta ação sequer chegou à conhecimento da Câmara. Por fim, a CT afirma que ações de cunho reparatório não dizem respeito ao orçamento destinado à CT Saúde, e sim aos programas de reparação, e pedem esclarecimentos sobre, que a construção civil, mesmo que destinada à saúde, deveria ser tratada no âmbito da CT-INFRA, e coloca que a prestação de contas acerca de recurso de finalidade pública requer alto nível de detalhamento e esclarecimento sobre quaisquer demandas questionadas. Foi acordado que o GT-Planejamento enviaria considerações completas à Fundação Renova para então esclarecimentos dos questionamentos levantados.

Ao fim da discussão o coordenador da CT-Saúde, Kleber Rangel Silva, agradeceu a presença de todos e, às dezoito horas do dia cinco de setembro do ano de dois mil e dezenove, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia quatorze de do mês dezembro de dois mil e vinte.



Clycia de Almeida Ferreira

Secretária da Câmara Técnica de Saúde

Gian Gabriel Guglielmelli
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde